

INTERSECCIONALIDADES NAS MARGENS DA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO DEBATE DE GÊNEROS IMPOSTOS PELO CONSERVADORISMO

Thaya Pereira¹
Gabriel Magalhães Rodrigues Coelho²

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise dos impactos provocados pela influência da comunidade religiosa nas ações docentes de um projeto social localizado no bairro do Caju, zona portuária do Rio de Janeiro. Esses impactos foram sentidos no período pré-eleitoral do governo Bolsonaro, contexto em que as tensões políticas e ideológicas se acirraram e deram luz à tentativa de interdição dos debates que envolvem gêneros e sexualidades, sendo eles tematizados nas aulas e rodas de conversa. A análise da pesquisa desenvolve-se a partir de uma tensão específica ocorrida entre uma igreja do território e a instituição no período investigado. Esses atravessamentos conservadores através da religião buscam diminuir a importância dessas pautas, vedando os conteúdos que abordem gêneros e sexualidades no ambiente educacional. Para aprofundar a investigação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com educadores do projeto social que atuaram diretamente nas aulas durante o período analisado. Os resultados evidenciam como o conservadorismo e a religião influenciaram o planejamento pedagógico, resultando em desafios na condução das atividades e na manutenção do foco educacional. No entanto, também revelam as estratégias utilizadas pela equipe pedagógica e gestão do projeto social para garantir a continuidade dos debates e assegurar uma abordagem comprometida com os enfrentamentos sociais, a diminuição das desigualdades de gênero e o respeito às diferenças.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação, Conservadorismo, Laicidade.

INTRODUÇÃO

O Complexo do Caju, localizado na zona portuária da cidade, ocupava, em 2000, a 111ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IPP, 2003) entre todos os bairros do Rio de Janeiro. Com base nos estudos de Ribeiro (2008) sobre a relação entre local de moradia e risco de defasagem escolar, conclui-se que alunos residentes em favelas apresentam maior risco de defasagem, influenciado pelo status socioeconômico do bairro. O estudo evidencia que o contexto da favela e a proximidade de áreas mais abastadas impactam negativamente o desempenho educacional, destacando a necessidade de políticas públicas voltadas para esses desafios.

Ferraro (2010), em *Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social*, mostra, com base em dados do Censo de 2000, os efeitos combinados

¹ Mestranda em educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ FFP Faculdade formação de professores, thaya.gr@gmail.com.

² Mestre em educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ FFP Faculdade formação de professores, gabriel.coelho@goldeletra.org.br.

desses marcadores na educação. Embora as mulheres tenham melhorado sua média de anos de estudo, superando inclusive os homens, as desigualdades raciais persistem, a população negra ainda se encontra em desvantagem em relação à branca. Os indicadores de classe, contudo, permanecem os mais acentuados, tanto entre homens e mulheres quanto entre brancos e negros.

A educação é um direito universal, mas na prática é distribuída de forma desigual, refletindo e reforçando a divisão social do trabalho e do poder. Embora o acesso à escola pública esteja formalmente garantido, persistem barreiras socioeconômicas e familiares que contribuem para a repetência e evasão escolar nas periferias. Essas questões perpetuam a desigualdade, com a educação servindo tanto para legitimar a ordem social quanto para ocultar as possibilidades de transformação (BRANDÃO, 2006).

Diante disso, o conceito de interseccionalidade é fundamental nesta pesquisa. Um olhar interseccional permite compreender as desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões. Segundo Hirata (2018, apud Bilge, 2009), a interseccionalidade é uma teoria transdisciplinar que apreende a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de um enfoque integrado. Ela refuta a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação de gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual e evidencia como eles interagem na produção e reprodução das desigualdades.

Embora o espaço escolar seja uma das principais formas de garantia de direitos educacionais e sociais, a educação é um conceito mais amplo, que ultrapassa os muros da escola e abrange múltiplas dimensões do aprendizado. Historicamente, os movimentos sociais cumprem esse papel educativo tanto para seus participantes quanto para a sociedade, ao interagir com instituições e promover ações coletivas. (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais nas favelas têm papel fundamental na formação e fortalecimento da identidade coletiva. Rodrigues (2016) analisa como a sociabilidade nas favelas do Rio de Janeiro se relaciona com o poder público, focando na participação popular e nos acontecimentos históricos dessa interação. A autora utiliza o conceito de “fronteira” para explicar como a participação popular se desenvolve e se solidifica nas lutas sociais e políticas, atuando como ponto de conexão entre o global e o local, o público e o privado. Nesse contexto, diversas estruturas supralocais como partidos políticos, ONGs, mídia, igrejas e o tráfico de drogas interagem sob influência de forças sociais e políticas, como a expansão capitalista e a urbanização.

A ausência de políticas públicas eficazes em territórios vulneráveis, como as favelas, abre espaço para que outras organizações assumam papel central nas comunidades. Cunha (2008), em seu estudo sobre a favela de Acari, destaca a atuação das igrejas evangélicas. Em ambientes inseguros, essas igrejas oferecem acolhimento e apoio, articulando dimensões sociais, espirituais e familiares. As ajudas prestadas são vistas como solidariedade comunitária, contribuindo para uma identidade coletiva. Por outro lado, essa influência pode reforçar valores conservadores, restringindo o debate e a diversidade de ideias, além de perpetuar desigualdades. Em alguns casos, a dependência das comunidades em relação às igrejas pode dificultar a implementação de políticas públicas, gerando desconfiança ou conflito de interesses.

A laicidade é princípio essencial da democracia. Cabe a nós, que a defendemos, exercer uma ação mais efetiva em sua proteção. No contexto atual, sobretudo no Brasil, observa-se a crescente força das religiões no campo político. A retórica conservadora, alinhada ao fundamentalismo religioso, tem causado retrocessos no debate democrático (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 102).

A ideia deste artigo surgiu a partir de uma experiência de tensões e negociações entre uma igreja local e o projeto social. A questão central é como lidar com as ideias conservadoras de espaços religiosos e os debates democráticos sobre respeito à diversidade, uma vez que esse debate é riquíssimo para redução das desigualdades e emancipação social, mas que muitas vezes podem entrar em choque com valores morais defendidos pelas igrejas cristãs. Propõe-se entrevistas com profissionais que interagem com a tensão já mencionada. A partir de uma análise dessas entrevistas, busca-se compreender as dinâmicas de poder e as estratégias empregadas para enfrentar os desafios e promover o respeito à diversidade. Este debate é crucial para a redução das desigualdades e a emancipação social.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, à medida que contribui para "desvelar os processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares" (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017). A pesquisa também se apoia em um referencial teórico, com o objetivo de fundamentar o estudo.



Em geral, ele é uma síntese escrita da literatura sobre o(s) tema(s), organizada de acordo com a perspectiva crítica do autor. Assim, o texto de um referencial teórico não se limita a apresentar ideias de diferentes autores, mas dialoga com elas: analisa, compara autores, evidencia semelhanças e diferenças, critica e, acima de tudo, reflete o posicionamento do pesquisador sobre o tema (AZEVEDO, 2016).

Além disso, foi escolhida a entrevista semiestruturada com gestores e educadores que atuaram na instituição no período de 2017 a 2018. As perguntas utilizadas foram:

- Como as instituições religiosas impactam o território e a atuação pedagógica?
- Quais estratégias foram adotadas pela instituição para seguir tensionando as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade nas aulas?

A escolha pela abordagem de entrevista semiestruturada visa qualificar ainda mais essa análise, aproveitando a relação entre pesquisador e participante. Nesse ambiente, o participante é o protagonista, e o pesquisador facilita a expressão livre das opiniões, vivências e emoções do participante (MORÉ, 2019). A investigação qualitativa considera seus princípios básicos, focados em entender os significados das experiências humanas, dando lugar ao “professor reflexivo/pesquisador”, como explicitado por André (2001), sem desqualificar a teoria, mas buscando planejamento, análise e clareza nos processos e resultados. Esta combinação de métodos busca proporcionar uma visão detalhada e crítica sobre as experiências realizadas na formação de monitoria.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o relatório do CONAE (Conferência Nacional de Educação) de 2024, entre 2016 e 2022 políticas neoliberais e ultraconservadoras enfraqueceram o PNE, com cortes em diversas áreas públicas através da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou os gastos por vinte anos para recursos como saúde, cultura, assistência social e educação. Essas mudanças políticas, somadas à pandemia da COVID-19, tornaram as desigualdades mais latentes. O Fórum Nacional de Educação (FNE) teve sua autonomia desrespeitada, levando à criação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) como resistência.

A eleição de um governo democrático-popular em 2022 gerou a retomada dessas agendas educacionais, e a CONAE 2024 consolidou as diretrizes e estratégias necessárias para



conformar políticas de Estado que promovam a educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade para todos.

Segundo Sepulveda, Sepulveda (2016) o movimento conservador "Escola sem Partido" tem sido ativo no Brasil desde 2014, propondo projetos de lei em estados e municípios, visando alterar o Plano Nacional de Educação (PNE). Inspirado no PL 2731/2015 do deputado Eros Biondini (PTB-MG), o movimento busca proibir o uso da "ideologia de gênero" na educação nacional. Este projeto está associado ao PL 867/2015, que estabelece o Programa Escola Sem Partido. O programa argumenta que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) promove o marxismo cultural, influenciado por Paulo Freire, para destruir os valores tradicionais brasileiros. A "ideologia de gênero" foi utilizada como plataforma discursiva pela extrema-direita para atacar não apenas a política educacional, mas também a democracia e as políticas de enfrentamento das desigualdades. Esses ataques culminaram em censura, perseguições e disseminação de desinformação, levando à autocensura nas escolas e nas gestões educacionais.

Não acreditamos ser possível entender o conservadorismo como simples reação. Muito menos que não produza conhecimento e nem agentes políticos. Há séculos estão presentes no campo político os partidos conservadores, com propostas e agendas políticas bem desenvolvidas. Observa-se em relação a esses uma postura de proatividade, principalmente no que tange ao desenvolvimento econômico e tecnológico. (SEPULVEDA, 2016)

Durante o período de 2017 a 2018, onde esses eventos políticos e históricos acima estavam percorrendo entre todo o campo educacional. No projeto social também não foi diferente, e nós sofremos o impacto em nossas aulas. O projeto social em questão trabalha com os princípios do esporte educacional: inclusão de todos, construção coletiva, respeito à diversidade, educação integral e autonomia (TUBINO, 2010). Nesse sentido, além de oferecer a prática esportiva, é necessário que a prática tenha um viés educativo, promovendo a inclusão de todos e todas. Portanto, nas oficinas, é imprescindível o envolvimento dos alunos (organizados pela equipe pedagógica) e das famílias (organizadas pelo serviço social) no debate sobre a garantia dos direitos humanos, a promoção da equidade e o combate às discriminações de gênero, raça, etnia, deficiência, religião etc.

Nesse período em específico, enfrentamos grandes dificuldades para abordar temas cruciais como gênero, sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, bem como questões antirracistas, valorização da cultura afro-brasileira e a promoção da diversidade. O fundamentalismo religioso estava fortemente presente no discurso de alguns dos nossos alunos e de suas famílias, particularmente entre aqueles cujas famílias pertenciam a uma

igreja evangélica do território, onde o pastor era o um dos principais líderes do território. Essa influência religiosa criou barreiras adicionais ao trabalho pedagógico, dificultando a inclusão e a discussão aberta dessas temáticas essenciais.

A partir desse acontecimento, apresento algumas análises das entrevistas realizadas com educadores da instituição nesse período para compreender como esses atravessamentos conservadores da igreja interferiram nas práticas pedagógicas, e entender quais foram as estratégias pedagógicas utilizadas para poder dar continuidade a uma educação inclusiva e democrática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrevista 1:

- Como as instituições religiosas impactam o território e a atuação pedagógica?

Gestor(a): “Eu acho que tem uma questão de normatização de comportamentos, de costumes, e isso faz com que a gente tenha que pensar nas melhores formas de discutir os temas que são sensíveis, mas sem abrir mão deles. Então, o impacto é de um pensamento mais conservador e de uma dificuldade de abertura para discutir temas como gênero, sexualidade, política, crenças e tudo mais. Então, cada vez mais isso vem se tornando um território fechado e a nossa atuação é de pensar caminhos para discutir as temáticas sem criar afirmações ou julgamentos e sem deixar de discutir. Sobre os atravessamentos que interferiram, enfim, preconceitos de gênero, homofobia, noções pré-concebidas de posicionamento social, tudo isso atravessou. Então a gente teve que pensar em conversar com as instituições, em falar de respeito, em falar de tolerância, de inclusão, de reconhecimento das diferenças, mas sem criar uma orientação que fosse definitiva. Então houve uma necessidade de um replanejamento do discurso, da abordagem, das respostas, para que a gente pudesse falar de humanidades e não de “ideologias” específicas ou defender nada, mas simplesmente falar de um contexto em que essa visão era uma visão necessária para a gente chegar no nível de humanidade que a gente precisa.”

- Quais estratégias foram adotadas pela instituição para seguir tensionando as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade nas aulas?

Gestor (a): “É sobre as estratégias, o resultado é esse, a gente falar sempre da perspectiva do direito de sociedade, da humanização, da inclusão das pessoas sem julgamento prévio, da

laicidade, não falar sobre aspecto religioso, mas sempre do aspecto do direito e da participação social. Essa é a estratégia principal.”

Entrevista 2:

- Como as instituições religiosas impactam o território e a atuação pedagógica?

Educador(a) 1: “Acho que o maior impacto que a instituição religiosa trouxe para a nossa atuação aqui na Gol de Letra foi a tentativa de não permitir que crianças e adolescentes continuassem fazendo parte do projeto. Algumas famílias foram aos seus líderes religiosos perguntar o que eles achavam do material que a gente estava trabalhando, da forma que a gente estava abordando, e a sugestão da família foi essa, impedir que o aluno tivesse acesso a uma educação de qualidade como a que a gente oferece, um espaço seguro para as práticas esportivas por exemplo, isso acho que foi o maior impacto que a gente, que as crianças poderiam ter tido.”

- Quais estratégias foram adotadas pela instituição para seguir tensionando as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade nas aulas?

Educador(a) 1: “Apesar do posicionamento da instituição religiosa e da família que buscou orientação nesse líder religioso, a gente não teve nenhuma postura de recuar quanto às nossas discussões de gênero e sexualidade em nenhuma das nossas oficinas. E eu acho que o que a gente precisou foi realmente repensar estratégias para que a gente não recuasse nas temáticas, mas que a gente também não se posicionasse de uma forma com que desse possíveis diferentes interpretações para cada criança. Então a gente precisou fazer algumas reuniões para alinhamento mesmo institucional, a gente precisou fazer algumas formações para a gente compreender quais eram os nossos limites com cada criança e com cada adolescente, principalmente dentro de cada faixa etária. A gente precisou conversar com as famílias em reuniões de famílias e explicar o porquê que aquele assunto era importante para a gente quanto instituição, quanto sociedade e a gente também precisou ir até a igreja para poder conversar com o líder religioso, enfim, para poder explicar o que de fato aconteceu, como são as nossas aulas, como a gente aborda as temáticas para que, de fato, ele não tivesse a mesma postura e o mesmo posicionamento que foi sugerir que um aluno ou que mais de um aluno, enfim, não participasse das atividades. Então, na verdade, foi um processo formativo com a equipe para a gente poder compreender a linguagem a ser utilizada com cada público para que a gente continuasse discutindo tudo que era necessário dentro dessa temática.”

Entrevista 3:

- Como as instituições religiosas impactam o território e a atuação pedagógica?

Educador(a) 2: “Tiveram coisas que estavam programadas para serem feitas, atividades sobre gênero, por exemplo, que acabaram sendo impedidas, a coordenação mediante a gravidade do que foi esse mal-entendido lá atrás. E algumas modalidades, planos à minha, iam trabalhar certas coisas que acabou desistindo porque a gente ficou com medo da repercussão. Eu acho que a equipe acabou ficando com medo, com receio de falar, de mostrar, de fazer atividades, de propor coisas. Eu vou falar por mim que foi uma coisa que durante um tempo eu tirei do radar para não ter nenhum tipo de problema além do que foi daquilo da época.”

- Quais estratégias foram adotadas pela instituição para seguir tensionando as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade nas aulas?

Educador(a) 2: “Olha, o que eu lembro da época, e eu posso estar enganado, mas o que eu lembro foi que pediram pra gente nem tocar nesse gênero, né? De fazer esse trabalho utilizando outras formas, né? De se colocar, de se falar, mas para a gente ter bastante cuidado na forma que a gente estaria passando, para a gente encontrar outras maneiras, porque um exemplo, a palavra gênero estava sendo interpretada de outras maneiras naquela época, estava tendo impacto, o entendimento errado das pessoas, isso poderia piorar a situação.”

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS:

Na primeira pergunta da entrevista “Como as instituições religiosas impactam o território e a atuação pedagógica?” Ambos os depoimentos mostram que as instituições religiosas têm um impacto considerável no território e na atuação pedagógica. Os principais pontos destacados nas falas:

Primeiro, pontuado na fala do (a) gestor (a) que as instituições religiosas contribuem para a "normatização de comportamentos e costumes", o que implica uma influência significativa na manutenção de valores tradicionais e conservadores dentro da comunidade. Dialogando diretamente com Sepulveda e Sepulveda:

Sepulveda e Sepulveda (2019) defendem que o conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos o conservadorismo porque frequentemente as pessoas se comportam de forma

conservadora. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como categoria estática, tanto sociológica quanto antropológicamente. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020)

Além disso, ele destaca a dificuldade em discutir temas sensíveis, como gênero, sexualidade, política e crenças. Isso indica que a presença de um pensamento conservador, influenciado pelas instituições religiosas, cria um ambiente onde certos tópicos são evitados ou tratados com extrema cautela. O(a) educador(a) 2 menciona que algumas das suas atividades planejadas sobre gênero foram canceladas devido ao "mal-entendido" inicial, preferiu naquele momento evitar certas atividades para não provocar repercussões negativas. "O medo da repercussão" mencionada pelo educador 2 ressalta a autocensura e a alteração de planos pedagógicos devido ao receio de reações adversas ilustram a influência significativa das instituições religiosas na educação. Tal situação reflete a tensão entre a intenção de promover uma educação inclusiva e a pressão para conformidade com valores conservadores. Outra questão levantada, foi a possível não participação de alguns alunos. O(a) educador(a) 2 relata que o maior medo, e impacto seria instituição religiosa impedir que crianças e adolescentes continuassem participando do projeto. Isso ocorreu porque algumas famílias, influenciadas por seus líderes religiosos, questionaram o material e a abordagem pedagógica do projeto. Esse tipo de interferência pode limitar o acesso dos alunos a uma educação de qualidade e a espaços seguros para atividades esportivas e outras práticas educativas. Apesar das dificuldades, todas as falas enfatizaram a importância de encontrar ou a buscar "as melhores formas de discutir os temas que são sensíveis"(fala do gestor). Isso sugere uma busca por estratégias pedagógicas que permitam abordar assuntos importantes sem provocar conflitos ou rejeições, para lidar com esse ambiente mais conservador.

Seguindo a análise das entrevistas, o(a) gestor(a) menciona que preconceitos de gênero, homofobia e noções pré-concebidas de posicionamento social são atravessamentos que interferiram nas discussões, isso indica a presença de barreiras culturais e sociais enraizadas que dificultam a abordagem dos temas relacionados as diversidades por exemplo.

Em todas as falas se encontram a necessidade de replanejar o discurso e a abordagem das oficinas, trazer os temas sem utilizar terminologias, como colocadas na fala do(a) educador(a) 2 sobre o termo "gênero", devido à sua interpretação equivocada e ao impacto negativo que poderia causar, que pudessem ser mal interpretadas. Nesse sentido, se reforça a importância de adaptar a comunicação de acordo com o contexto cultural e social, buscando formas de transmitir as mesmas mensagens de maneira mais aceitável para a comunidade. Na



fala do gestor por exemplo, ele menciona que o foco foi em falar de respeito, tolerância, inclusão e reconhecimento das diferenças, evitando uma orientação definitiva ou específica. Isso sugere uma tentativa de encontrar um equilíbrio entre abordar temas importantes e respeitar “sensibilidades” religiosas.

Segundo o(a) gestor(a), a ênfase foi colocada em falar de "humanidades" em vez de "ideologias", tentando construir uma narrativa que promovesse a aceitação das diferenças como parte da experiência humana. Essa abordagem visa minimizar conflitos e promover um entendimento mais amplo e inclusivo. Apesar das resistências religiosas, o(a) educador(a) 1 afirma que não houve recuo nas discussões de gênero e sexualidade, mas foi necessário repensar as estratégias de comunicação. Mas percebe-se na fala do(a) Educador(a) 2, que embora o posicionamento de “não recuo” da equipe, incluindo ele mesmo, houve um medo e receio de abordar os temas de gênero e sexualidade. E que para ele isso retirou essas discussões do radar por um período, para evitar problemas adicionais, o que indica uma forma de autocensura, onde o medo das repercussões religiosas levou à supressão de atividades e propostas relacionadas a gênero e sexualidade, mostrando um impacto negativo direto em oferecer uma educação abrangente e inclusiva.

Movimentos conservadores como “Escola sem Partido” (Mesp) e as teorias conservadoras baseadas no combate à tal “ideologia de gênero” vêm promovendo uma série de ataques ao campo educacional, seja por meio de projetos de leis nas diferentes câmaras legislativas ou através do pânico moral, produzindo um imaginário que compreende o gênero como alienígena, algo que estaria fora da escola e assim deveria permanecer (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 97).

No contexto dos discursos apresentados, evidenciou-se a necessidade de construir estratégias institucionais para lidar com as tensões envolvendo gênero, sexualidade e religiosidade. Segundo os entrevistados, a instituição optou por não renunciar ao debate, abordando essas temáticas a partir da perspectiva dos direitos humanos, da humanização, da inclusão e da laicidade, enfatizando os aspectos legais e sociais dos direitos e da participação cidadã, de modo a promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

As estratégias envolveram alinhamento e replanejamento interno, com reuniões institucionais e formações pedagógicas voltadas à adequação da linguagem e à definição de limites conforme o público. A equipe buscou formas alternativas de discutir gênero e sexualidade sem recorrer a terminologias que pudessem gerar resistência, mantendo as temáticas presentes de maneira mais cuidadosa e contextualizada. Além disso, o diálogo



direto com famílias e lideranças religiosas buscou esclarecer a importância dos temas e reduzir mal-entendidos, evitando afastamentos e fortalecendo o vínculo comunitário.

Outras contribuições importantes para a defesa de uma educação democrática estão presentes no *Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas*, produzido por oitenta organizações com apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Fundo Malala, que oferece estratégias jurídicas, políticas e pedagógicas para enfrentar perseguições e desinformação. Também se destaca o Eixo III da CONAE, “Educação, Direitos Humanos, Equidade, Inclusão e Diversidade”, que propõe bases legais e diretrizes para o enfrentamento das desigualdades e para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os depoimentos revelam um cenário complexo, no qual os atravessamentos religiosos interferem de forma significativa nas discussões de gênero e sexualidade nas oficinas educacionais do projeto e nas escolas parceiras. Em contextos marcados pelo conservadorismo, essa influência pode normatizar comportamentos e dificultar o debate sobre temas sensíveis, provocando ajustes nas práticas pedagógicas.

Reafirma-se a importância de um olhar interseccional para compreender as desigualdades sociais e construir estratégias de enfrentamento. A sensibilidade diante da questão religiosa vai além do reconhecimento da fé individual: envolve compreender o papel social que as igrejas e lideranças locais exercem nas comunidades, muitas vezes suprimindo ausências do Estado, assim como o próprio projeto social.

A instituição tem adotado como estratégia manter as discussões a partir da perspectiva dos direitos humanos, da inclusão e da laicidade, evitando embates religiosos diretos e utilizando uma linguagem mais acessível. Para isso, destaca-se a necessidade de formações continuadas com a equipe pedagógica, capazes de sustentar abordagens acolhedoras, críticas e inclusivas. O diálogo com famílias e líderes religiosos fortalece o vínculo comunitário e amplia o respeito à diversidade, criando espaços seguros para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Essa experiência aponta caminhos para que espaços não formais, como o projeto analisado, contribuam com as escolas públicas na defesa do debate democrático e na promoção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 51–64, jul. 2001.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Documento de Referência da CONAE. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documentos>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Manual de defesa das escolas. 2022. Disponível em: <https://manualdedefesadasescolas.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. Gol de Letra. Disponível em: <www.goldeletra.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GOHN, M. D. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333–361, ago. 2011.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, v. 16, n. 29, 13 jun. 2018.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2003.

RIBEIRO, L. C. de Q. et al. (Eds.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.

RODRIGUES, R. I. *Vida social e políticas nas favelas: pesquisa de campo no Complexo do Alemão*. [S.l.]: Ipea, 2016.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. *Retratos da Escola*, v. 14, n. 28, p. 91–105, 29 jul. 2020.

SEPULVEDA, J. A. M. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. *Revista Teias*, v. 17, n. 47, 10 ago. 2016.

TUBINO, M. J. G. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: EDUEM, 2010.